

CORREIO ECONÔMICO

Divulgação
Redução de perdas no balanço não esconde dívida colossal

Americanas tem prejuízo líquido de R\$ 1,621 bi no 3T23

Após dois adiamentos seguidos, finalmente a Lojas Americanas anunciou os números de seu balanço no terceiro trimestre do ano passado (3T23), de um prejuízo líquido de R\$ 1,621 bilhão, montante 17,8% inferior a igual período de 2022, que foi de R\$ 1,972 bilhão.

Considerando o acumulado os primeiros nove meses de 2023, a varejista totaliza um prejuízo de R\$

4,611 bilhões, o que corresponde a uma queda de 23,5%, no comparativo anual, para um Ebitda (lucro antes dos impostos, juros e amortizações) negativo de negativo em R\$ 1,559 bilhão no mesmo período, queda anual de 21,3%.

Ainda assim, o comando da empresa afirma, em nota que “hoje, já podemos dizer que superamos a fase mais crítica”.

Ano ‘desafiador’

Em nota, a empresa apontou “2023 foi o ano mais desafiador da história da Americanas, não só pela magnitude da fraude, mas pela necessidade de reconstrução”. A venda bruta da companhia caiu 51,1%, para R\$ 16,059 bilhões, nos primeiros nove meses do ano passado.

Situação grave

Para uma dívida bruta avaliada em R\$ 38 bilhões, a companhia amargou dívida líquida de R\$ 33,443 bilhões no 3T23, alta de 10,6%, no comparativo anual. Já a receita líquida ‘encolheu’ 39,2% (R\$ 3,261 bilhões) e recuou 45% nos primeiros nove meses do ano passado – R\$ 10,293 bilhões.



Portal da Indústria

Evento do SESEI reunirá especialistas e educadores

SESEI debate formação de jovens para o mercado de trabalho

Parte integrante da programação do Festival SESEI (Serviço Social da Indústria) de Educação (em parceria com o Movimento pela Base), o Seminário do SESEI reúne, de 9h às 12h30m, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade (Brasília/DF) na próxima quarta-feira (28), educadores, especialistas e setor público, para de-

bater o Plano Nacional de Educação (PNE) e formação de jovens ao mercado de trabalho, sob o viés de garantir o direito à aprendizagem.

Em vigor desde 2014, o PNE fixou 20 metas para a educação brasileira, cujo prazo de cumprimento expira neste ano. Um novo Plano teria vigência no decênio 2024-2034.

Freio ligeiro

Após avançar 0,23% em janeiro, o INCC-M (Índice Nacional de Custo da Construção) ‘freou’ um pouco o ímpeto, ao subir 0,20% em fevereiro último, apontou, nesta segunda-feira (26), a FGV. Com o resultado, o indicador tem alta acumulada de 3,23% em 12 meses.

IPC-s recua

A exemplo do INCC-M, o IPC-S (Índice de Preços ao Consumidor Semanal) ‘desacelerou’, de 0,65% para 0,60%, da segunda para a terceira quadrimestre de fevereiro último, em seis das sete capitais pesquisadas pela FGV. A variação acumulada em 12 meses somou 3,64%.

Mão de obra

A freada do indicador da construção foi motivada pelo ‘recoo’ de itens, como Mão de Obra (0,16%); avanço de Materiais, Equipamentos e Serviços (0,23%), com destaque para o subgrupo materiais para instalação (0,42%) e dos Serviços (0,49%), puxado pelo item projetos (0,69%).

BH ‘líder’

Entre as capitais, o Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) observou quedas mais expressivas em: Belo Horizonte (0,65%); Porto Alegre (0,11%), Rio de Janeiro (0,58%), Recife (0,94%), Brasília (0,55%) e Salvador (0,61%), com exceção de São Paulo (0,82%).

Avanço da criminalidade induz a desindustrialização do país

Ipea estima em R\$ 171 bilhões o custo anual com a violência

Por Marcello Sigwalt

A insegurança social, alimentada pelo temor da escalada da criminalidade no país, é um dos principais fatores causadores do avanço da desindustrialização, em determinadas regiões brasileiras.

A constatação faz parte de estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ao apontar que tal situação traz como sequelas, a fuga de investimentos, de mão de obra especializada, mas também de turistas. O instituto calcula que as companhias dispõem cerca de R\$ 171 bilhões anuais em segurança ou 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2022.

Em paralelo, o avanço da violência ‘premia’ a alavanca de outro custo indesejável: de segurança patrimonial e de seguros, isso sem contar as perdas decorrentes de roubo de produtos e equipamentos. Além disso, muitas vezes, além de afastar investimentos, a insegurança obriga a companhia



Divulgação

Escalada da violência afugenta investimentos e retarda crescimento

a ‘migrar’ para outras regiões, o que impõe custos, mais uma vez.

Mas existem custos, de natureza intangível, que também têm de ser contabilizados nessa conta ‘violência’ que, igualmente, trazem sequelas à condução dos negócios pelas companhias nacionais, como homicídios que vitimam trabalhadores, o que obriga sua substituição, impondo danos, muitas vezes,

irreparáveis, às organizações.

Além disso, tal troca demanda treinamento e tempo que o substituto desempenhe plenamente as funções de seu antecessor. Acrescente-se, nessa receita amarga de custos o fato de as empresas precisarem pagar salários mais altos para atrair profissionais qualificados e dispostos à encarar a violência sem paradero.

Desse modo, gastos com

proteção, segurança patrimonial e seguros acabam entrando na contabilidade empresarial como ‘custo de oportunidade’.

O fator ‘desindustrialização’ é potencializado pela desvalorização (que pode chegar a 30%) do terreno abandonado pela ‘fuga’ da companhia, estima o pesquisador do Ipea e membro do conselho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Daniel Cerqueira.

Homicídios causam ônus de 2,3% do PIB

Estudos desenvolvidos por Cerqueira, nos anos de 2007 e 2014 estimaram em 2,3% o custo para o PIB com os homicídios. Em outro cálculo, pelo PIB de 2022, tais custos totalizariam R\$ 252 bilhões ao ano.

Sobre esse cenário imprevisível, Cerqueira comenta que “devido ao risco para as pessoas que vivem numa sociedade violenta, há um custo intangível que gera perdas econômicas, à medida que os indivíduos mu-

dam o padrão de consumo e a forma de consumir”.

A economista e coordenadora do Centro de Ciência Aplicada a Segurança da FGV, Joana Monteiro, é mais incisiva: “Quantas pessoas deixaram de viver no Rio de Janeiro ou deixaram de investir na cidade por conta da violência”?

Fora os aspectos financeiros e empresariais, há, também, custos sociais, como eventuais falhas de formação da mão de

obra substituta ou falta às aulas pelas crianças, devido ao fechamento das escolas.

Por fim, a economia decorrente da atividade do turismo corre o risco de sofrer danos irreparáveis, uma vez que alguns destinos acabam sendo definitivamente evitados, devido à alta incidência de crimes nessas regiões, cuja circulação, sobretudo à noite, pode ser descartada, o que compromete a vida noturna local.

Segundo sua tese de doutorado, a economista constatou que o frequente fechamento de escolas, por conta de incidentes de segurança recorrentes afetam o aprendizado.

“É a violência causando uma armadilha de pobreza. Ela afeta todo mundo”, diz. “É difícil pensar em cidade mais afetada do que o Rio de Janeiro, desde a qualidade de aprendizado dos seus habitantes mais pobres até o turismo”.

Crédito inacessível ‘asfixia’ indústria

A dificuldade de acesso ao crédito é o grande obstáculo para o crescimento das pequenas indústrias nos últimos dez anos, assim como a elevada carga tributária incidente sobre este segmento.

Essa é a principal conclusão do estudo ‘Panorama da Pequena Indústria’ (PPI), elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que aponta grande insatisfação das indústrias de pequeno porte com a sua situação financeira na última década, além de fornecer dados de desempenho em anos anteriores e as expectativas dos industriais, para os próximos meses deste ano.

De acordo com a economista da CNI, Paula Verlangero, “as pequenas indústrias são as mais penalizadas com as mudanças econômicas como, por exemplo, o aumento da taxa básica de juros. Também são as que tem menos disponibili-



Portal da Indústria

Falta de crédito e carga tributária: ‘vilões’ do segmento

de recursos para lidar com eventuais problemas. Por esses e outros motivos, os últimos dez anos não foram fáceis para as MPes industriais e o Panorama detalha esse cenário”.

Outra informação relevante do Panorama dá conta de que, no período entre 2013 e

2023, os pequenos empresários industriais, em especial, dos setores de construção e de transformação, afirmaram que as dificuldades de acesso ao crédito foram observadas em todos os 40 trimestres em análise.

Em consequência, em 21 dos 40 trimestres do período

analisado, o Índice de Situação Financeira (ISF) ficou abaixo da média histórica para a pequena indústria de construção. No detalhe, o pior resultado da série (29,5 pontos) foi verificado em 2016, em decorrência do aumento das taxas de juros, que chegou a 14,25% ao ano no terceiro trimestre de 2015. De 2015 a 2019, o ISF registrou oscilações, mas sempre aquém da média histórica (38,4 pontos).

Somente em meados de 2020 é que o indicador deu sinais de recuperação, ao atingir o maior valor da série (43,1 pontos), como reflexo da criação de programas de apoio e incentivo às MPes, tendo em vista superar crise precipitada pela pandemia (Covid-19), a exemplo do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC).

Programa pretende atrair recurso externo

Por Eduardo Cucolo (Folhapress)

O governo lançou na segunda-feira (26) um programa para tentar atrair capital estrangeiro e financiar projetos ligados à transição energética, que terá linhas de crédito com proteção contra variação cambial.

Como mostrou a Folha de S.Paulo em reportagem deste domingo (25), o Programa de Mobilização de Capital Privado

do Externo e Proteção Cambial prevê parceria com organismos multilaterais, como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), para viabilizar esses financiamentos.

Em uma das iniciativas, o BID vai contratar instrumentos de proteção cambial no exterior e repassá-los, por meio do Banco Central, para instituições financeiras no Brasil.

Inicialmente, estão previstos US\$ 5,4 bilhões (cerca de

R\$ 27 bilhões), sendo US\$ 3,4 bilhões (R\$ 17 bilhões) para ajudar na questão dos derivativos cambiais.

Outros US\$ 2 bilhões (R\$ 10 bilhões) do BID e US\$ 1 bilhão (R\$ 5 bilhões) do Banco Mundial vão entrar na conta do Tesouro Nacional para abastecer o Fundo Clima e ajudar na operação de quatro outras linhas de apoio ao financiamento desses projetos.

O secretário do Tesouro

Nacional, Rogério Ceron, disse que esse é um programa de mobilização de capital privado e que as instituições financeiras vão competir por esses recursos. “Buscamos estimular o mercado de capitais do país e não concorrer com ele”.

Por ser uma instituição multilateral com baixo risco de crédito, o BID consegue obter essa proteção a um custo menor do que faria um banco no Brasil.